

Descobrimientos e Encobrimentos

Revista Crítica de Ciências Sociais
N.º 38
Dezembro 1993

Ao tempo em que Garcia de Orta publicou o *Colóquio dos Simples e das Drogas da Índia* (Goa, 1563), uma das questões mais debatidas era a origem da sífilis. Orta menciona, sem tomar posição, a opinião dos que consideravam a doença como nova e a supunham importada da América. Segundo o Conde de Ficalho, na edição anotada dos *Colóquios*, de 1895, os factos que pretensamente fundavam esta opinião eram os seguintes: os companheiros de Cristóvão Colombo haviam regressado no ano de 1494, da sua segunda viagem à Espanhola, contaminados por um novo e grave mal, adquirido ali no contacto com as mulheres indígenas; por esse mesmo tempo, Carlos VIII de França invadia a Itália, atravessando-a de norte a sul e cercando Nápoles, onde se refugiara Fernando II; no ano seguinte, os reis católicos enviavam, em socorro de Fernando II, uma armada comandada por Gonçalo de Córdova; foi então que os soldados espanhóis infectados comunicaram o mal a algumas mulheres públicas e estas aos italianos, e também aos franceses do exército invasor, os quais, no seu regresso, o trouxeram para França, espalhando-o depois por toda a Europa.

Como ninguém queria assumir a responsabilidade pela “nova e repugnante enfermidade”, chamavam-lhe *morbo napolitano* por ter começado em Nápoles, *morbo gallico*, por se ter generalizado por intermédio dos Franceses, e *morbo hispanico* (ou *sarna castelhana*, como a designa Garcia de Orta) por se ter espalhado primeiro entre os Espanhóis. E também foi chamada *mal dos turcos* pelos cristãos e *mal franzozo* pelos muçulmanos. Nenhuma destas designações, porém, punha em causa a origem americana da doença. Aliás, muitos anos depois, no *Candide* de Voltaire, o Dr. Pangloss, fazendo a picaresca genealogia da doença que o tinha deixado às portas da morte, diz que o primeiro da série *l'avait eu en droite ligne d'un des compagnons de Christophe Colomb*. Como não deixa de notar o circunspecto Conde de Ficalho, esta insistência na origem americana da doença chocava com os factos, dado que “em muitos livros correntes de medicina se podem encontrar numerosas citações, pelas quais se vê bem como a sífilis existia no Velho Mundo de antigos tempos, embora houvesse nos fins do século XV uma recrudescência de gravidade e frequência daquela enfermidade”.

O discurso quinhentista sobre a sífilis simboliza a concepção moderna da descoberta como designação da diferença e da diferença como designação de distância e de hierarquia. A medida de repugnância da doença afere-se pela distância que separa os enfermos dos primeiros causadores da enfermidade, os índios americanos. Esta medida extrema é depois aplicada em miniatura à distância que separa os Franceses dos Italianos, os Portugueses dos Espanhóis, os cristãos dos muçulmanos. Em qualquer dos casos, designar significa distanciar e subordinar. Em graus variáveis segundo a reciprocidade hermenêutica admissível. No limite, a sífilis, enquanto descoberta quinhentista, é a medida de uma enfermidade que estabelece a incomensurabilidade entre enfermos.

Contudo, existe uma diferença radical entre descobrir uma coisa e descobrir um ser humano: descobrir um ser humano implica reciprocidade. Quem descobre é

descoberto. Se por qualquer razão esta reciprocidade é negada ou ocultada, o acto de descobrir, sem deixar de o ser, torna-se simultaneamente um acto de encobrir. A negação ou ocultação da reciprocidade assenta sempre no poder de negar ou ocultar a humanidade de quem é descoberto. Só assim é possível descobrir sem se descobrir, pôr a nu sem se pôr a nu, identificar sem se identificar, encontrar sem se encontrar, ver sem se ver. A modernidade é uma vasta teia de reciprocidades negadas: entre o sujeito e o objecto, entre a natureza e o homem, entre o civilizado e o selvagem, entre o sagrado e o profano, entre o indivíduo e o Estado, entre o patrão e o operário, entre o homem e a mulher, entre jovens e velhos. Os descobrimentos de Quinhentos são como que a metáfora fundadora da negação moderna de reciprocidade. São, pois, tão decisivos como descobrimentos quanto como encobrimentos.

7

Mas curiosamente todo o encobrimento é um campo potencial de descoberta, pela afirmação da reciprocidade negada. Por esta razão, uma vez consolidada a modernidade, a descoberta moderna passou a assentar basicamente na desconstrução da descoberta moderna. Os limites deste processo são os mesmos que os limites da reciprocidade. Os dois grandes limites modernos da reciprocidade são a ciência moderna enquanto conhecimento exclusivo e excludente e o capitalismo enquanto economia-mundo, tanto em sua versão territorializada (o colonialismo), como em sua versão desterritorializada (o imperialismo).

A desconstrução da descoberta moderna ocorre sempre num tempo presente que, por não ser auto-sustentável, apela necessariamente ao passado. No seu último livro, de 1993, intitulado *Culture and Imperialism*, Edward Said afirma que os apelos ao passado são uma das estratégias mais comuns de interpretação do presente. O que anima tais apelos é sobretudo a incerteza sobre se o passado realmente passou ou se continua no presente sob outras formas. O âmbito e os limites da desconstrução aferem-se pela natureza das diferenças encontradas entre o passado e

o presente. É por estas, por exemplo, que se afere a diferença entre a interpelação dos descobrimentos no final do século XIX (o chamado “quarto centenário”) e a nossa interpelação no final do século XX (o chamado “quinto centenário”). Qualquer destas interpelações, longe de ser unívoca, foi feita (e está a ser feita) a muitas vozes e as diferenças no seio de cada uma delas tiveram (e têm) a ver com lutas pelo âmbito da reciprocidade e pelas posições ocupadas neles. No entanto, entre a interpelação de Oitocentos e a actual há duas diferenças fundamentais. A primeira é que, enquanto no final do século XIX o paradigma da ciência moderna atingia a plena hegemonia no seguimento das revoluções industriais, hoje este paradigma atravessa uma profunda crise e o conhecimento que ele possibilita é cada vez mais impotente para afirmar a sua não-reciprocidade com conhecimentos alternativos. A segunda diferença é que, enquanto no final do século XIX o capitalismo atingia o apogeu da sua territorialidade colonial, hoje o capitalismo está quase completamente desterritorializado e o imperialismo coexiste com a ausência de colonialismo e, de algum modo, alimenta-se dela.

Como um rio subterrâneo, estas diferenças irrigam os textos que se seguem, os quais obviamente se alimentam também de muitos outros beberes e comeres. A preocupação epistemológica e hermenêutica subjaz a vários deles. Mohammed Bamyeh contrapõe a epistemologia da descoberta árabe à epistemologia da descoberta europeia. Margarita Zamora concentra-se nesta última e analisa a cartografia das descobertas e os escritos de Colombo para mostrar que mapas, viagens e textos constituem uma nova epistemologia, uma escrita paradigmática. Ao contrário, Luis Madureira tenta mostrar a continuidade epistémica entre os discursos narrativos da expansão e os saberes dos povos com que os descobridores portugueses foram contactando e relaciona essa continuidade com o carácter periférico do império português. Mesmo a ser assim, essa perifericidade, esse permanecer nas margens, não é para Kenneth David Jackson uma implantação efémera

ou superficial. Permanece séculos a fio, e sem apoio estatal, em textos orais de comunidades euro-asiáticas, povos indo-portugueses, agentes de micro-identidades contextualizadas num mar de identidades sem contexto.

A descoberta da América simboliza como nenhuma outra a negação da reciprocidade. A negação pela violência, pelo extermínio, pelo genocídio. Em 12 de Março de 1545, Frei Bartolomeu de las Casas chegou a Chiapas três anos depois de ter denunciado o genocídio dos índios pelos Espanhóis. Trazia com ele as novas leis, promulgadas por Carlos V, que proibiam a continuação da escravatura dos índios após a morte dos seus proprietários, os *encomenderos*. Estes pouco caso fizeram das leis, tentaram matar o Bispo e a este, no seu leito de morte, em 1566, nada mais restava senão implorar aos amigos que defendessem os índios. A opressão, a violência e a injustiça social continuaram. De nada valeram as revoltas Tzeltal de 1712 ou Tzotzil de 1868. De muito pouco valeu a revolução de 1910. Os descendentes dos Mayas de Chiapas, agora de novo em revolta, são o símbolo do legado de Colombo visto de baixo, a partir das suas vítimas, de que nos fala Rudolfo Stavenhagen. As lutas dos povos indígenas, pela terra e pela cultura, atravessam todo o continente americano e questionam tanto as verdades liberais como as verdades marxistas sobre a organização territorial e política do Estado e sobre os direitos humanos individuais e colectivos. No texto de Marilena Chauí as vítimas do legado colombo, colonial e pós-colonial, são todos os explorados e oprimidos por uma economia predatória e uma sociedade violenta assente numa dupla produção social: da amnésia e da servidão voluntária.

A escrita da história da modernidade é, assim, a geocultura da economia-mundo capitalista. Para Immanuel Wallerstein, reescrevê-la não ocorre por uma qualquer varinha mágica epistemológica, e antes assenta numa luta histórica que vise a substituição do poder e dominação de 1492 pela descoberta da necessidade de igualdade e de reciprocidade. Uma preocupação idêntica informa o texto de Carlos

10

Aguirre Rojas que, no entanto, não deixa de denunciar o escândalo celebratório do quinto centenário, contrapondo-o aos novos temas da historiografia latino-americana, virados genuinamente para um refazer mais autónomo das múltiplas identidades e temporalidades que habitam o continente.

A descontextualização e, em última análise, a destruição das identidades, ocorreu não só nos descobertos mas, de algum modo, também nos descobridores. Foi este sobretudo o caso dos Portugueses, porque a fugacidade da hegemonia mundial do seu império os deixou de algum modo à deriva entre os mundos que puseram em contacto. As consequências deste facto para as culturas identitárias dos portugueses subjazem aos textos de Bela Bianco e de Boaventura de Sousa Santos. Para este último, tais culturas assumiram uma plasticidade própria que as levou a caracterizarem-se mais pela forma que pelo conteúdo. E segundo ele, essa forma é a fronteira. Bela Bianco ilustra essa plasticidade a partir das múltiplas reconstruções de identidades nacionais, étnicas e classistas dos imigrantes portugueses no estado norte-americano de Massachusetts, que estudou em profundidade.

Boaventura de Sousa Santos